

**A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM DO SUJEITO SURDO NA LIVE
“CONVERSANDO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O PROTAGONISMO
DO SURDO NA SOCIEDADE”.**

Kelly Virgínia de Oliveira Santos Feitosa (UFPI)
kellyheictorl@gmail.com

RESUMO: O sentido não existe em si mesmo, isto é, em uma relação transparente com a literalidade, mas ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico. Pensando nisso, nos propomos a compreender a constituição da imagem do sujeito surdo num exemplar do gênero *live*, com o título “Conversando sobre a pessoa com deficiência: o protagonismo do surdo na sociedade” realizada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Para tanto, utilizamo-nos do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso de base materialista, remontando aos postulados de Pêcheux (1990) e Orlandi (2003/2005/2006), e, sobre as questões relacionadas à surdez, Gesser (2009/2012). Selecionamos para compor nosso arquivo o material de divulgação e trechos da entrevista que foi realizada durante a *live*. Foi possível observar duas formações discursivas, lugar social de onde se enuncia, a partir das posições-sujeito que falam no texto: a SNDPD, que pauta suas colocações sobre surdez na perspectiva do déficit, da falta, enquanto a outra, a do representante da comunidade surda, enuncia a partir do lugar de pertencimento a uma outra comunidade linguística. Em relação aos modos como os sujeitos surdos são nomeados, vemos funcionar duas nomeações: surdo e deficiência auditiva.

PALAVRAS-CHAVE: *Live*. Sujeito Surdo. Análise de Discurso. Formações Discursivas.

1 INTRODUÇÃO

Há muitas maneiras de se significar (ORLANDI, 2003) e com base nessa formulação e outros questionamentos quanto ao modo de ler surge a Análise de Discurso Materialista, que trata do discurso como palavra em movimento, prática de linguagem, um estudo a partir do qual observa-se o homem falando. Na Análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2003). Através da AD, também podemos conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser diferenciado - sua capacidade de significar e significar-se, além de

ter a linguagem como mediação necessária entre si e a realidade natural e social.

O discurso como palavra em movimento, que a AD apresenta, também permeia a história do sujeito surdo e da comunidade surda em geral. Vários discursos sobre a surdez, a língua de sinais e sobre os surdos foram e são ditos e ainda permanecem produzindo sentidos, sendo que algumas dessas produções de sentido marcam e jogam negativamente com relação a conquistas importantes para esses sujeitos, apesar da visibilidade que a comunidade surda vem adquirindo recentemente, no contexto pandêmico, a partir das discussões sobre a presença de janela de interpretação em *lives* musicais.

Os sujeitos surdos, assim como os demais sujeitos significados como pessoas com deficiência, ao longo da história da humanidade, estão envoltos pela produção de sentidos por uma sociedade que visa à homogeneidade dos corpos. Pêcheux (1990) destaca que a sociedade atual vive a necessidade de homogeneidade lógica, de um mundo semanticamente normal, normatizado, “para não dizer normalizado, em que se gere socialmente os indivíduos, marcando-os, identificando-os, a fim de trazer-lhes os chamados benefícios, como, por exemplo, instruí-los e protegê-los” (LOPES, 2016, p.126).

Nesse sentido, importa tentar compreender como instituições, que se declaram articuladoras e coordenadoras de políticas públicas que possam amparar esses sujeitos produzem significados sobre eles. Dentre as muitas possibilidades, detemos nosso olhar, neste trabalho, às formulações da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência (SNDPD), parte integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) – instituição não governamental de representação nacional da Comunidade Surda em defesa de seus direitos, principalmente os direitos relacionados à educação.

Assumimos o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista para buscarmos compreender a constituição da imagem do sujeito surdo na *live* “Conversando sobre a pessoa com deficiência: o protagonismo do surdo na sociedade”, analisando o modo como o sujeito surdo é significado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e pelo representante da comunidade surda, o Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), o Sr. Antônio Campos.

Para fins de organização, dividimos este artigo em três partes: na primeira, apresentamos as formulações teóricas; na segunda, o percurso metodológico; e, na terceira, as análises produzidas e alguns apontamentos finais.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Sobre a Análise de Discurso

A Análise de Discurso consiste numa corrente fundada e desenvolvida inicialmente na França, por Michel Pêcheux, que nasceu em Tours em 1938 e morreu em Paris em 1983. Ele estudou na Escola Normal Superior de Paris e ensinou Filosofia. Trabalhou nos anos seguintes no Laboratório de Psicologia no *Centre National de La Recherche Scientifique* (CNRS), local em que encontrou dois intelectuais que foram fundamentais para a formulação da Análise de Discurso: Michel Plon e Paul Henry, além das referências de G. Canguilhem e L. Althusser. Pêcheux tinha como objetivo transformar a prática das Ciências Sociais focalizando o sentido e construindo um modo de ler ancorado teoricamente. A Análise de Discurso que ele propõe trata a língua em sua ordem material, na opacidade, a partir da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua e privilegia as condições de produção, bem como os efeitos de sentido (ORLANDI, 2005).

Em seu artigo “Michel Pêcheux e a Análise de Discurso”, Orlandi (2005) destaca que a Escola Francesa da Análise de Discurso teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem, trabalha também com a textualização do político e nos faz perceber que com a AD podemos compreender como as relações de poder são significadas, são simbolizadas.

Como um dos maiores nomes da Análise do Discurso no Brasil, Eni Orlandi (2006) apresenta uma AD que trabalha o sujeito, a história, a língua e como se constitui no interior das consequências teóricas estabelecidas por questionamentos feitos à Linguística ao Marxismo e à Psicanálise, buscando uma prática teórico-analítica num movimento de deslocamento com relação às áreas citadas, caracterizando a Análise de Discurso como uma disciplina de entremeio. A AD não vai dar respostas para as questões feitas a essas Ciências, vai mostrar que para respondê-las se faz necessário deslocar-se de terreno, constituindo outra região

teórica em que o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva e não periférica, ou seja, o que liga o dizer a sua exterioridade é constitutivo do dizer.

Questão importante na Análise de Discurso são as compreensões sobre o sujeito. Com a publicação de Michel Pêcheux, intitulada Análise Automática do Discurso (AAD) e o lançamento da importante revista *Langages*, organizada por Jean Dubois, a AD vai à busca desse sujeito, então descartado pelo formalismo, e vai encontrá-lo em parte na psicanálise, no materialismo histórico, na ideologia althusseriana - o sujeito assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia, pois o que vai fazer a diferença quanto à compreensão desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade linguística e histórica que a AD lhe atribui (FERREIRA, 2003).

Ainda sobre o sujeito, é importante destacar o que fala Orlandi (2006, p.18), “temos que compreender o que é a forma-sujeito, que é de fato a forma da existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais, através do qual nos deparamos com o ego-imaginário como sujeito do discurso”. Ainda na reflexão sobre o sujeito, Eni cita Pêcheux (1975) apontando que não podemos pensar o sujeito como origem de si, retomando que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, pelo simbólico, resultando em uma forma-sujeito histórica, que, por sua vez, sofre um processo de individualização pelo Estado que é resultado de processos institucionais de individualização (ORLANDI, 2006).

Orlandi (2006) ainda acrescenta que a interpelação do indivíduo em sujeito se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina. Assim, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história.

Para a AD, o sujeito e as situações que estavam fora da análise linguística contam fundamentalmente, na medida em que sujeito e situação são redefinidos discursivamente como partes das condições de produção do discurso (ORLANDI, 2006).

As condições de produção incluem os sujeitos e a situação. A situação, para fins didáticos, pode ser pensada em sentido estrito, compreendendo as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato e, em sentido lato, que compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo (ORLANDI, 2006).

Também a memória discursiva se faz importante como parte da produção do discurso, já que é fundamental como a memória “aciona” as condições de produção.

A memória tem suas características quando pensada em relação ao discurso, quando é tratada como interdiscurso: “algo fala antes em outro lugar e independentemente”. Trata-se do que chamamos saber discursivo. É o já dito que constitui todo dizer (ORLANDI, 2006).

Orlandi (2006) apresenta os dois eixos destacados por Courtine (1984), o da constituição do dizer que é o vertical e o eixo da formulação, eixo horizontal. Eles se cruzam de maneira que todo dizer se dá na relação do que chamamos constituição e formulação. Sendo que a constituição do dizer determina a sua formulação. A partir daí a memória é situada no eixo vertical: são enunciações que se estratificam no eixo vertical de tal maneira que qualquer formulação se dá determinada pelo conjunto das formulações já feitas.

Outro ponto importante dentro da AD é compreender as formações discursivas como sendo a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. Entendemos assim “como formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada determina o que pode e deve ser dito, ou seja, as palavras recebem seu sentido a partir da formação discursiva a qual se filiam” (ORLANDI, 2006, p.17). Assim, os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, 1975 *apud* ORLANDI, 2001).

Podemos através do funcionamento das formações discursivas e do interdiscurso compreender o funcionamento da ideologia na constituição do sujeito e dos sentidos. Sendo assim, na formação discursiva, o sentido é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo; Ideologia e Sujeito. A AD re-significa a noção de ideologia quando apresenta o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. O sujeito e sua forma histórica indicam a existência de um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso.

Orlandi (2001) discute a incompletude como a condição da linguagem, visto que os sujeitos e os sentidos não estão completos. Ela afirma que “homens e sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem” (ORLANDI, 2001, p. 53). Isso acontece “no discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade” (ORLANDI, 2001, p. 53). Há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra. Deslize, deriva, trabalho da metáfora.

Essa incompletude se propõe no próprio trabalho do analista, já que a AD não procura o sentido verdadeiro, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. Desse modo, a partir de um dispositivo de análise, entendido como a escuta para ouvir além da superficialidade do texto, mobilizam-se questões teóricas, colocando o dito em relação ao não-dito, “pensando a questão da ideologia, a qual não se aprende, a do inconsciente, que não se controla com o saber, e a da própria língua, que funciona ideologicamente” (ORLANDI, 2001, p. 56). O lugar do outro no enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos, pois uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva (ORLANDI, 2001).

Os gestos de interpretação são constitutivos da análise. Como Orlandi (1996) afirma, somos instigados a interpretar. Essa interpretação aparece em dois momentos da análise: quando a interpretação é considerada parte do objeto da análise e quando se compreende que não há descrição sem interpretação. Dessa maneira, o analista produz um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação, para que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação da seguinte forma: ele não reflete, mas situa, compreende o movimento da interpretação; não interpreta, ele trabalha nos limites da interpretação. Não há AD sem mediação teórica permanente, é preciso que ele compreenda como o discurso se textualiza.

Ainda segundo Orlandi (2001), a constituição do corpus e a sua delimitação, que segue critérios teóricos que se distinguem em corpus experimental e o de arquivo, é basilar para a AD, já que ela se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, natureza, etc, tendo o *corpus* como um resultado de uma construção do próprio analista. Orlandi (2001) reflete sobre a distinção produtiva que existe entre discurso e texto, em que o texto é a unidade imaginária que o analista tem diante de si e o discurso é dispersão. Os textos não são tomados apenas como documentos, mas se tornam para o analista múltiplas possibilidades de leituras, pois o que interessa não são as marcas em si, mas o seu funcionamento no discurso. É esse funcionamento que se procura descrever e compreender.

Discursos sobre a surdez e o sujeito surdo

O discurso é tomado como efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 1975 *apud* ORLANDI, 2003) e funciona como mediação entre o homem e sua realidade natural. Nesse meandro, os discursos que tratam sobre o sujeito surdo, o povo surdo, assim como sobre os sujeitos significados como pessoas com deficiência foram ao longo da história enunciados a partir de diferentes posições, que se inscrevem em diferentes formações discursivas, sendo produzidos em diferentes condições de produção.

A história do povo surdo evidencia o quanto este foi barbarizado, sofrendo, tal como outros grupos de pessoas com deficiência, processos discriminatórios, pois, por muito tempo, sequer a condição de ser humano lhes era permitida. Sofrimentos que aconteciam nas civilizações antigas, em decorrência dos surdos serem estigmatizados como incapazes, sendo condenados à morte e jogados em precipícios, ou considerados enfeitiçados e, por isso, merecedores de castigos como serem atirados em rios ou abandonados. Era um destino cruel que passava pela exclusão social, pela escravidão, pela miséria absoluta e pela morte. Esse contexto nos apresenta que os discursos sobre os surdos circulam a partir de diferentes lugares, isto é, diferentes formações discursivas.

Nesse cenário, dois lugares de significação se colocam como fortes: o patológico, que é enunciado a partir de um viés clínico, e o fisiológico (que enfoca o déficit de audição), os quais produzem discursos atravessados pelas noções de normalização e medicalização, significação de falta, como ausência, como doença. Tais significações se distanciam daquilo que Skliar (1997, p.33) afirma, já que para o autor, “a construção das identidades não depende da maior ou menor limitação biológica, e sim de complexas relações linguísticas, históricas, sociais e culturais”.

Uma sociedade que não está preparada para o diverso vai manifestar através das suas instituições e das relações de poder processos de discriminação. Lopes (2016, p. 119) destaca que “Quando pensamos as instituições que regem o convívio entre os sujeitos, notamos o reforço dos processos de discriminação e hierarquização a partir dessas diferenças”. Diferenças essas que já circulam a partir de um imaginário social acerca do que seja uma normalidade.

Para bem sintetizar as várias percepções relacionadas ao sujeito surdo em toda a sua história, podemos refletir a partir da citação de Sá (1999, p.71), que aponta como

diferentes discursos circulam a partir de diferentes formações discursivas em seu processo de construção social:

A história dos surdos começa muda, apagada e triste. Começa semelhante à história de diversos segmentos minoritários de pessoas que se caracterizam por algum tipo de estranheza, como que denunciando a dificuldade que o homem tem de aceitar o diferente, o deficiente, o trabalhoso, o feio, o imperfeito (SÁ, 1999, p. 71).

No contexto histórico, a surdez é apresentada de várias formas, a formação discursiva dominante é a surdez construída na perspectiva do déficit. Uma postura segundo a qual o sujeito surdo é visto como portador de uma doença sensorial que precisa de intervenções médicas para se tornar “normal” e fazer parte do grupo majoritário. Esse discurso “tem muito mais força e prestígio do que o discurso da diversidade, do reconhecimento linguístico e cultural das minorias surdas” (GESSER 2009, p.67). Isso acontece porque, como destaca Lopes (2016, p. 124), o “normal”, consoante o imaginário que circula socialmente, é ouvir e o que diverge desse padrão deve ser corrigido, normalizado.

Deve-se ressaltar, no entanto, que outras significações podem ser produzidas quando advindas dos próprios sujeitos surdos, os quais tomam a surdez como algo natural, um imaginário que constitui um grupo, na relação com seus pares surdos, respeitando-se sua identidade e cultura, produzindo-se sentidos a partir do uso da Língua de Sinais, imprimindo “outro rumo à história, com valores e subjetividades identificados e aceitos no grupo” (GESSER, 2009, p.66).

3 METODOLOGIA

Pensar em metodologia de pesquisa nos estudos linguísticos demanda considerar a amplitude e heterogeneidade de teorias (MARQUES, 2011). Para um campo específico da Linguística, como o da Análise do Discurso (e em face da heterogeneidade constitutiva da área), é necessário esclarecer que este se trata de um campo de pesquisas que não possui uma metodologia pronta. Isto significa que ao lançar mão dos elementos constitutivos do arcabouço teórico que balizarão suas análises, o analista do discurso estará ao mesmo tempo alçando os dispositivos metodológicos. É o objeto e as perspectivas da pesquisa que vão impondo a teoria, pois em AD, teoria e metodologia são inseparáveis (MARQUES, 2011).

Desse modo, as pesquisas nesse viés possuem sempre um caráter qualitativo-interpretativista. Não há análise quantitativa de dados. Busca-se, no geral, realizar uma “exaustividade vertical” por meio de um dispositivo analítico (ORLANDI, 2009, p. 62), considerando os objetivos da pesquisa.

Em AD, a metodologia de análise não consiste em uma leitura horizontal, ou seja, em extensão, busca-se apontar para um devir, para sua constitutiva incompletude. Entretanto, realiza-se uma análise em profundidade, que é possibilitada pelo batimento descrição-interpretação em que se compreende, por exemplo, posições-sujeito assumidas, imagens e lugares construídos a partir de regularidades discursivas evidenciadas nas materialidades. Dito de outro modo, o pesquisador utiliza-se procedimentos teóricos que subsidiarão a análise conforme o enfoque da pesquisa, observando seu objeto. Ao analisar o objeto, é necessário recorrer novamente à teoria. Daí, o procedimento analítico se dá nesse vai e vem entre a descrição e a interpretação (MARQUES, 2011).

No processo metodológico do analista de discurso se torna importante definir o recorte que será analisado. Lagazzi (2011) retoma Orlandi (1984) ao declarar que a autora nos faz compreender a enorme diferença entre segmentar uma frase e recortar um texto, mostrando que o gesto analítico de recortar visa ao funcionamento discursivo na incompletude do texto.

Desse modo, nesse trabalho, tomamos como material de análise as *lives* organizadas pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) sob o título “Conversando sobre a pessoa com deficiência”, dentre elas, recortamos a *live* “O protagonismo do surdo na sociedade”, considerando o enfoque na pessoa surda, além do material de divulgação do Ministério e Secretaria que promoveram tal evento. Dada a extensão do material, entradas mais específicas são necessárias, mas conforme expresso pela teoria, essas se tornam possíveis no movimento de vai-e-vem entre teoria e análise, no trabalho com nosso material.

Importa mencionar que fora realizada a leitura do material de divulgação retirado do site oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Facebook, recortando os trechos salutares para a análise. Partindo para a *live* propriamente dita, após várias visualizações, realizamos a transcrição das enunciações orais do entrevistador e a voz do surdo feita pela intérprete que traduziu oralmente a sinalização do entrevistado. Para a transcrição, utilizamos o sistema

proposto pelo Projeto de Estudo Coordenado da Norma Urbana Linguística Culta (Projeto NURC).

4 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante o período de pandemia do novo coronavírus (Covid-19), especificadamente entre os meses de Maio e Outubro de 2020, às quartas-feiras, às 15h30min, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), órgão integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), desenvolveu uma série de *lives* com temas relacionados às pessoas com deficiências e doenças raras. Segundo a secretária da pasta, Priscilla Gaspar, esse projeto surgiu como uma forma de interação entre o Ministério e as pessoas com deficiência, um canal direto de conversa com as pessoas com deficiência nesse período de isolamento social, com temas focados nas reivindicações e políticas públicas relacionadas às necessidades das pessoas com deficiência (MMFDH, 2020).

As *lives*, transmitidas pelo Facebook do Ministério em questão, dedicaram uma pauta específica para os sujeitos surdos com o seguinte tema: “Um bate-papo sobre o protagonismo do surdo na sociedade”, que teve a participação do Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), Antonio Campos de Abreu, que, de acordo com a promotora do evento, “teve a oportunidade de falar sobre a realidade das pessoas com deficiência auditiva e mostrar a sua visão sobre como os surdos podem se tornar protagonistas na sociedade” (MMFDH, 2020). Sendo importante destacar a presença de uma intérprete de Libras da Secretaria em questão, Palloma Franco, pois os intérpretes de Libras são responsáveis por facilitar a comunicação e o acesso à informação para a pessoa surda.

Isto posto, torna-se indispensável retomarmos aqui o conceito de condições de produção. De acordo com Orlandi (2006), as condições de produção incluem os sujeitos e a situação. A situação, por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido lato.

O sentido estrito se refere ao aqui e agora, compreendendo as circunstâncias da enunciação, sobre o que podemos dizer que a *live* ocorre em meio à pandemia de Covid 19, momento em que os sujeitos estão isolados e tendo como suporte os meios tecnológicos de comunicação. Devemos lembrar que nesse contexto em que várias

lives foram produzidas, a questão da surdez veio à tona com a presença ou não de intérpretes em *lives musicais* de famosos, por exemplo. Esse fato acabou dando visibilidade à causa surda, percebendo-se a utilização de janela de interpretação em várias *lives*. Em meio à onda de produção de *lives*, o Ministério, por meio de sua Secretaria, acabou propondo uma série de encontros em que a temática da deficiência fosse discutida, dentre as quais se encontra a materialidade que selecionamos para análise nesse trabalho.

Já o sentido lato pode ser compreendido como o contexto sócio-histórico-ideológico que corrobora a produção. De modo ampliado, nos deparamos com o ponto de que o atual presidente do Brasil teve como uma de suas pautas eleitorais a causa surda, porém, em seus primeiros dias de governo, provocou a extinção da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), promovendo um retrocesso no campo dos direitos educacionais e na contramão do reconhecimento da diversidade, da promoção de equidade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo. São sentidos que na prática não podem ser dissociados, eles funcionam conjuntamente e são apresentados aqui separadamente apenas para fins didáticos.

Observadas as condições de produção do material em análise, lançamo-nos à materialidade significativa em apreço buscando responder aos seguintes questionamentos, a saber: Como as pessoas surdas são significadas durante a *live*? De que maneira, através dos questionamentos feitos pelo entrevistador, se enuncia a imagem que os representantes da Secretaria Nacional dos Direitos da pessoa com Deficiência (SNDPD) lançam sobre esses sujeitos? Como se posiciona o sujeito surdo que na *live* representa a comunidade surda?

Nosso primeiro movimento analítico se deu considerando o material de divulgação publicado às 15h57min do dia 05 de outubro de 2020, do qual trouxemos o seguinte recorte:

O projeto Conversando sobre a Pessoa com Deficiência levantará a discussão sobre o protagonismo do surdo na sociedade. O bate-papo desta quarta-feira (7) contará com a participação do Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), Antonio Campos de Abreu.

Durante a conversa, o convidado falará sobre a realidade das pessoas com deficiência auditiva. Também terá a oportunidade de compartilhar com os participantes sua visão sobre como os surdos podem se tornar protagonistas na sociedade.

Focalizamos nesse recorte, os modos de nomeação para o sujeito surdo a partir da posição-sujeito SNDPD, pois, de acordo com Costa (2012, p.134), “ao se denominar um espaço ou um sujeito, aquele que dá nome se posiciona discursivamente em relação a ambos na produção de significação”. Vemos funcionar duas formulações: “surdo” e “pessoas com deficiência auditiva”. Observando as duas formulações, parece-nos possível apontar para o ponto de que quando a SNDPD nomeia o sujeito surdo como “pessoa com deficiência auditiva” produz enquanto efeito um alinhamento ao discurso patológico que se tem sobre a surdez, que, de acordo com Gesser (2009), é um discurso fortemente construído e aceito pela maioria, o qual significa o surdo como detentor de uma deficiência física que precisa de intervenções para ser “normal”. Vemos aqui também uma retomada de uma memória discursiva que remete aos dizeres que circulam ao longo da história significando o sujeito surdo como fora dos padrões normais aceitos pela sociedade. O “povo surdo tem sido encarado em uma perspectiva exclusivamente fisiológica (déficit de audição), dentro de um discurso de normalização e de medicalização, cujas nomeações, como todas as outras, imprimem valores e convenções na forma como o outro é significado e representado” (GESSER, 2009, p. 46) trata-se, tal qual dito por Orlandi (2006, p.21), de um “já dito que constitui todo dizer”.

No que se refere à *live* especificamente, selecionamos alguns trechos para a análise. O primeiro inicia-se com o entrevistador, falando a partir da posição-sujeito SNDPD, trazendo dados do IBGE, mais precisamente sobre o Censo 2010, apontando quantitativamente a existência de pessoas com deficiência auditiva e com surdez. Na sequência, ele afirma:

Entrevistador: A barreira de comunicação faz com que essas pessoas não tenham autonomia, liberdade para desempenhar tarefas que para outro parecem ser simples.

((O entrevistador agradece a participação do convidado, o Presidente da FENEIS, Antonio Campos, e pede para que ele fale sobre sua trajetória.))

Entrevistado: Meu nome é Antonio Campos. Meu sinal é esse ((faz a sinalização do seu sinal na comunidade surda)). Nasci surdo e moro em Minas. Como professor de História, trabalho com surdos há muito tempo. Trabalho na FENEIS como representante surdo e aí vem o protagonismo surdo (...).

Ao iniciar a *live* afirmando que “A barreira de comunicação faz com que essas pessoas não tenham autonomia(...)”, o representante da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência se filia a uma formação discursiva que compreende o sujeito

surdo e a surdez através da “falta”. A falta de audição nessa formulação acaba sendo significada como algo da ordem do impeditivo para que o sujeito surdo tivesse uma vivência plena em sociedade. A surdez é construída na perspectiva da anormalidade, pois o normal seria ouvir, o que diverge desse padrão deve ser corrigido, “normalizado” (GESSER, 2009).

Já a fala do representante da comunidade inscreve-se em uma formação discursiva que compreende a surdez a partir de um viés socioantropológico que a toma como uma diferença, principalmente, naquilo que se refere à língua, permitindo que a surdez seja significada como algo natural “Eu nasci surdo”, “trabalho há muito tempo com os surdos”, “trabalho na FENEIS como representante surdo, daí o protagonismo”. Tais formulações nos permitem corroborar aquilo que fora dito por Lopes (2016), sobre o fato de que é a sociedade que não está preparada para o diverso, pois para o sujeito surdo, a surdez não é construída como um déficit, mas sim como algo que o identifica com uma determinada língua e uma comunidade – a língua de sinais e a comunidade surda.

Em um segundo movimento com a materialidade da *live*, destacamos uma sequência de perguntas e respostas para nossa análise, a saber:

Entrevistador: Sr. Antonio, uma curiosidade que é de muitas pessoas, todo surdo é mudo?

Entrevistado: Em primeiro lugar... QUAL O MARCO que existe sobre essa QUESTÃO SURDO MUDO? É sobre não ter educação, sobre NÃO TER UM RECONHECIMENTO DA CULTURA PRÓPRIA DO SURDA... mas aí, com o passar do tempo, as pessoas passaram a DISTINGUIR OS SURDOS COMO SURDO MUDO POR CONTA DA FALA.... a questão do ser surdo e não do ser surdo mudo porque é uma VISIBILIDADE RUIM em relação a nós surdos, hoje o que usamos realmente é o termo SURDO.

Entrevistador: Quais os tipos de comunicação usados pelos surdos?

Entrevistado: O primeiro mais usado na comunicação é a Língua de Sinais, porque ESSA É A NOSSA VOZ, É A VOZ DO SURDO... e se não tivesse isso como o surdo iria se comunicar? Usando leituras labiais?

Entrevistador: Quais seriam as principais ações para a inclusão da comunidade surda na sociedade?

Entrevistado: O MEIO OUVINTE ENTENDER A QUESTÃO SURDA. O protagonismo não é o surdo ficar a par da situação, ele tem que ter representatividade no meio da comunidade ouvinte, também em todo o meio social.

Entrevistador: Qual seria a maior conquista da comunidade surda no país?

Entrevistado: A questão legislativa mesmo que nos deu liberdade para várias ações... hoje nos assegura de várias situações e ambientes.

Sobre os trechos acima, podemos observar que mesmo o entrevistador utilizando o termo “surdo” para realizar as perguntas, as formulações sempre tocam

questões próprias a um discurso que significa o surdo negativamente em sua posição diversa, enquanto o entrevistado, em seu lugar de representante da comunidade surda, se coloca a partir da noção de pertencimento a essa comunidade, a qual anseia e tem perspectivas de um reconhecimento por parte da comunidade ouvinte. Deve-se destacar certo desconhecimento, por parte dos ouvintes, do quão negativos podem ser os sentidos produzidos por algumas expressões direcionadas à comunidade surda. Se torna importante compreender que: “É facilmente observável que, para muitos ouvintes alheios à discussão sobre a surdez, o uso da palavra surdo pareça imprimir mais preconceito, enquanto o termo deficiente auditivo parece-lhes ser mais politicamente correto” (GESSER, 2009, p.44).

Isso nos remete ao ponto de que discurso fortemente construído e aceito pela maioria é o que acaba por apresenta a surdez e o sujeito surdo na perspectiva da falta da normalidade (GESSER, 2009, p.67), como já citado durante esse trabalho. Porém, quando a perspectiva se torna outra, ou seja, quando ouvintes e surdos assumem uma postura positiva diante da surdez, amparados pelos aspectos legislativos que já vigoram há um bom tempo no país, esses reconhecimentos podem definitivamente gerar mudanças e a comunidade surda poderá alcançar enfim o seu protagonismo no meio social.

Destacamos ainda a seguinte sequência de perguntas e respostas:

Entrevistador: Quando surgiu a primeira escola para surdos no Brasil?

Entrevistado: O mais importante pra mim Antonio é o estudo disso... Foi o INES a primeira instituição criada aqui no Brasil pra surdos... é um orgulho pra mim. Esse é o mais importante aqui dentro da comunidade surda, o fato de termos isso desde gerações e gerações, já faz anos que temos essa conquista... e um segundo ponto a criação de várias outras escolas.

Entrevistador: Quais os desafios para ampliar a Língua de Sinais no Brasil?

Entrevistado: O principal objetivo é a questão da Libras e na educação de professores que saibam da língua... barreiras que deve ser enfrentadas para melhorar...

Entrevistador: Na sua opinião, qual a importância do ensino da LIBRAS ser ensinado na escola não só para os surdos como para todos os alunos na grade curricular?

Entrevistado: É muito importante por conta da troca... não vai haver a terceirização da comunicação... o contato diretamente com o surdo é muito importante também.

Entrevistador: Além das dificuldades da comunicação, quais dificuldades dos surdos para entrarem no mercado de trabalho?

Entrevistado: Os surdos podem trabalhar normalmente... a questão é que falta de conhecimento dos ouvintes em relação ao surdo, por isso que tem esse impedimento no campo comunicacional. É NECESSÁRIO E IMPORTANTE EXPLICAR EM TODO AMBIENTE... NO TRABALHO sobre a questão do surdo... descobrir as possibilidades de cada um.

Questões sobre a importância da Língua de Sinais, desafios para ampliar o conhecimento sobre a Língua de Sinais, importância do Ensino da Língua de Sinais estão sendo enunciadas nos recortes acima a partir do aspecto de falta de conhecimento sobre o assunto, da posição sujeito SNDPD e respondidas enfaticamente pelo representante surdo com formulações como: “falta de conhecimento dos ouvintes em relação ao surdo”, “terceirização da comunicação”, “é importante ter o conhecimento para uma boa comunicação”. Os trechos recortados da produção discursiva do representante surdo nos fazem compreender que ele rejeita a significação do sujeito surdo como sendo aquele que deve se adaptar à maioria ouvinte, é preciso que a sociedade aprenda a conviver com a diferença linguística e faça uso da língua de sinais para garantir práticas bilíngues que, de fato, incluam os sujeitos surdos. A barreira linguística não pode mais ser justificativa para que ouvintes ainda sigam reproduzindo o imaginário que significa o surdo pela falta, pela falta de domínio da língua portuguesa. As produções do entrevistado apontam para os sentidos que recuperam a necessidade de reconhecimento da dimensão política, linguística, social e cultural da surdez.

Ainda dentre os trechos produzidos pelo entrevistado, nos cabe destacar que superada a “falta o[de] conhecimento dos ouvintes em relação ao surdo” parece-nos possível dizer que haveria possibilidade de mudanças sociais que favoreceriam o desenvolvimento participativo, em todos os âmbitos, dos sujeitos surdos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos colocarmos em posição de compreender como a imagem do sujeito surdo é constituída pelos discursos da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência a partir do material que selecionamos, podemos compreender a surdez tem sido historicamente significada a partir da falta. Observamos que as perguntas do representante da SNDPD acabam por produzir sentidos que significam o surdo a partir da deficiência e de uma certa dificuldade em participar ativamente da sociedade majoritária. Em contrapartida, o representante da comunidade surda se posiciona diante a sua surdez usando termos relacionados com a sua língua, apresenta suas conquistas ao longo dos tempos e trata da comunidade à qual pertence, reivindicando que a comunidade ouvinte se diversifique e compreenda o que significa ser surdo a partir do viés da identidade surda.

Compreendendo tal qual Costa (2012, p.135), que “aquele que dá nome se posiciona discursivamente em relação a ambos na produção de significação, inscrevendo-se em uma ou outra formação discursiva, apagando um ou outro sentido”, vemos funcionar no discurso da SNDPD o uso de formulações como “surdo e “deficiência auditiva”, como que marcando diferentes posições para esses sujeitos, ou ainda, na busca de uma produção linguisticamente correta, muito embora devamos retomar Gesser (2009, p.46) para afirmar que “não é apenas a escolha acertada de um termo que elimina os preconceitos sociais”.

O entrevistado, sujeito surdo, representante da comunidade surda, marca posição ao sempre enunciar a partir de identidade e uma cultura própria, o que pode ser retomado em trechos como “...nasci SURDO”, “...hoje o que usamos realmente é o termo SURDO”. Observa-se a produção de sentidos de pertencimento à comunidade surdo, exaltando as conquistas históricas e vislumbrando um reconhecimento por parte da comunidade ouvinte.

Cabe-nos ressaltar, por fim, que esse trabalho, em sua incompletude constitutiva, aponta para um devir, pois muitas são as compreensões possíveis a partir do material selecionado para análise.

REFERÊNCIAS

COURTINE, J.J.(1984). “**Définition d’ Orientations Théoriques et Methodologiques en Analyse de Discours**”, in *Philosophiques*, vol. IX, n 2, Paris

COSTA, Greciely Cristina da. **Denominação**: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos. In: Revista Rua, Campinas-SP, n.18, vol1, Jun/2012.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O quadro atual da análise de Discurso no Brasil**. In: Revista do programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Santa Maria-RS, n.27, dez/2003.

GESSER, Audrei. *LIBRAS?: Que língua é essa?:* crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESSER, Audrei. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

LAGAZZI, Suzy. O Recorte e o Entremeio: Condições para a Materialidade Significante. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (orgs.). **Análise do Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas-SP:

Editora RG, 2011.

LOPES, Maraisa. **O sujeito surdo e a Literatura Surda**: Sentidos possíveis. In: COSTA, Greciely Cristina da; CHIARETTI, Paula (orgs). Arte e Diversidade. v.3. Campinas-SP: Pontes Editores, 2016.

MARQUES, Welisson. **Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso face aos novos suportes midiáticos**. In: Domínios de Linguagem, v. 5, n. 1, p. 58-73, 2011.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso**: Desdobramentos e Intersecções. In: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, Ano 05, n. 11, 2009.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. P. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. In: Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista, BA: UESB, n.01. 2005.

ORLANDI, Eni. P. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni P. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem -Discurso e Textualidade**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**. Cadernos de Estudos Linguísticos, n.19. Campinas:Unicamp. 1990, p. 7-24.

SÁ, N.R.L. **Educação de surdos**: a caminho do bilingüismo. Niterói: Eduff, 1999.

SKLIAR, C. **A educação para surdos entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças**. Seminário Desafios e possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos. Rio de Janeiro: Ines, 1997, p. 32-47.